



Fecomércio PE

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

Boletim Conjuntural
Julho | 2017

Boletim Conjuntural

Julho | 2017

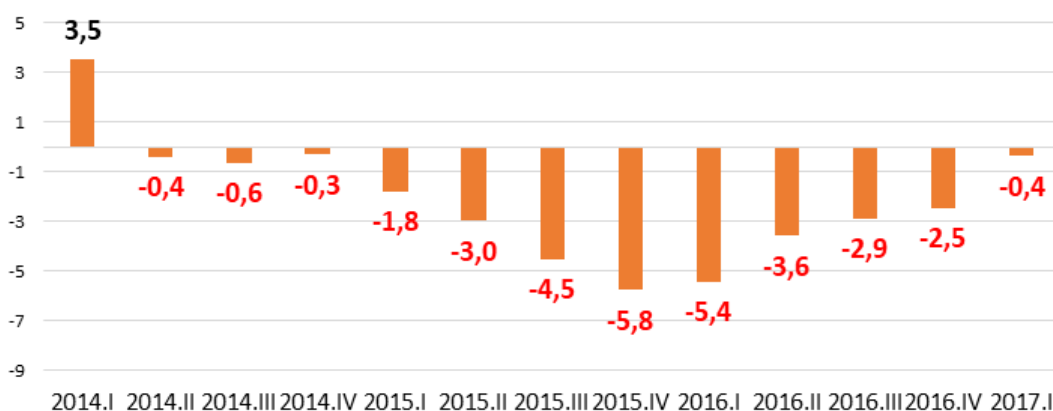
1. CONJUNTURA NACIONAL

A retração do Produto Interno Bruto do país em 2015-2016 – decréscimo acumulado de mais de 7% – tem no declínio de 8,0% do agregado consumo das famílias, principal componente da demanda agregada, com peso relativo de 63% do PIB, um componente fundamental em uma análise focada nos segmentos de comércio varejista e de serviços. Tal redução do consumo das famílias se traduz em encolhimento do mercado, conduzindo a crise a um círculo vicioso. O grande contingente de pessoas (quase 14 milhões) em situação de desemprego aberto é elemento de sustentação da própria crise, contribuindo para impedir a reentrada da economia em um ciclo virtuoso de crescimento. O encolhimento do mercado se vincula não apenas à redução da renda disponível no

âmbito das famílias diretamente atingidas pelo desemprego, mas é também alimentado por comportamento cautelar de quem logra se manter ocupado, mas que, por temer perder o emprego, adia gastos programados.

Ocorre que, a partir do início de 2016 a redução periódica do PIB ganha compasso de desaceleração, depois de afundar 5,8% no último trimestre do ano anterior. O **Gráfico 1** revela tal trajetória. Percebe-se claramente que ao longo do ano passado – trimestre a trimestre – as variações negativas passam a ser menos intensas: -5,4% no primeiro de 2016; -3,6% no segundo; -2,9% no terceiro; -2,5% no quarto.

Gráfico 1 - Brasil: variação trimestral do PIB a preços de mercado, em % - 1º Trimestre/2014 ao 1º Trimestre/2017 (base: mesmo trimestre do ano anterior)



Fontes: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Esse movimento – variações negativas menos intensas do PIB – continua no primeiro trimestre deste ano (-0,4%). Dados mais recentes do Banco Central registram variações mensais do Índice de Atividade Econômica (IBC-BR) de -1,7% em abril e de +1,4% em maio. Tal variação positiva pode vir a ser sinal de reversão do quadro recessivo. Os 12 trimestres consecutivos de recessão (36 meses) incluem, nos últimos cinco trimestres, persistente desaceleração da trajetória de queda do PIB, seguida por uma variação positiva do índice de atividade econômica no segundo mês do segundo trimestre do corrente ano – em contexto de confuso e instável quadro político e de um governo claudicante. Assim, é discutível a hipótese de reversão, e de um possível descolamento entre crise econômica e crise política.

Em termos de expectativas, é esperado um pequeno crescimento do PIB em 2017, abaixo de meio por cento (0,34%), conforme previsto no último Boletim Focus¹. A estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) é praticamente a mesma – crescimento de apenas 0,3% em 2017 e de 1,3% em 2018. Ainda assim, a estimativa para 2018, conforme o FMI, estaria condicionada à realização de reformas estruturais que poderiam diminuir o déficit fiscal do Governo, se efetivamente implantadas. Em decorrência, sem sinais claros de uma recuperação sustentada da economia, ainda não se tem um ambiente favorável aos negócios nem no comércio, tampouco na prestação de serviços. Todavia, esse declínio econômico menos intenso, observado desde o 1º trimestre de 2016, alimenta a expectativa de que a economia nacional finalmente poderia estar caminhando na direção da finalização de um longo ciclo recessivo que se iniciou no

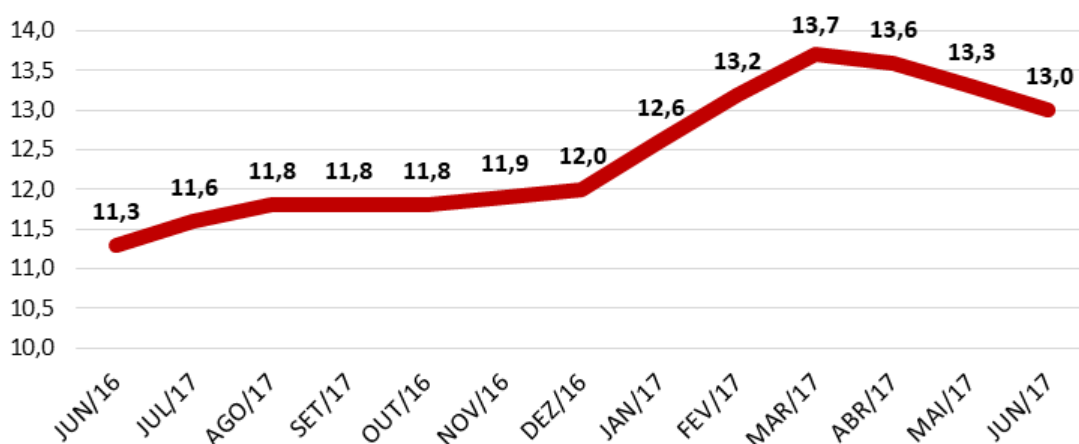
segundo trimestre de 2014.

Ademais, o arrefecimento do ritmo de queda da economia tem trazido algum alívio ao mercado de trabalho, mesmo ainda longe de recuperação efetiva. Com efeito, informações da PNAD Contínua/IBGE mostram que no trimestre móvel abril-maio-junho de 2017 a taxa de desemprego se retraiu um pouco, para 13,0%, depois de atingir um pico de 13,7% no trimestre encerrado em março – ver **Gráfico 2**. Sem dúvida, um movimento positivo, mas não suficiente para alterar de forma significativa a gravidade do quadro de desocupação. Em termos absolutos, essa taxa de desocupação significa, no caso brasileiro, um quantitativo de 13,8 milhões de pessoas tentando encontrar uma ocupação e alguma renda no mercado de trabalho.

Outra sinalização positiva do mercado de trabalho é o fato de que nos meses de abril, maio e junho o número de admissões em postos formais de trabalho tem superado o de demissões, o que vem se traduzindo em saldo positivo, embora de pequena monta, de novos empregos formais: 34,2 mil empregos em maio, e 9,8 mil em junho. Entretanto, são saldos explicados fundamentalmente pelo bom desempenho do interior brasileiro, especialmente no setor agropecuário. Tanto o segmento do comércio quanto o de serviços continuam apresentando saldos negativos na geração de empregos formais. Por enquanto, a recuperação do emprego formal tem sido basicamente motivada pelo bom desempenho do segmento agrícola, especialmente no interior do país.

¹ Ver “Focus – Relatório de Mercado” (BCB) [28 de julho de 2017]. Documento eletrônico disponível em PDF: <http://www.bcb.gov.br>

Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - junho/2016 a junho/2017



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

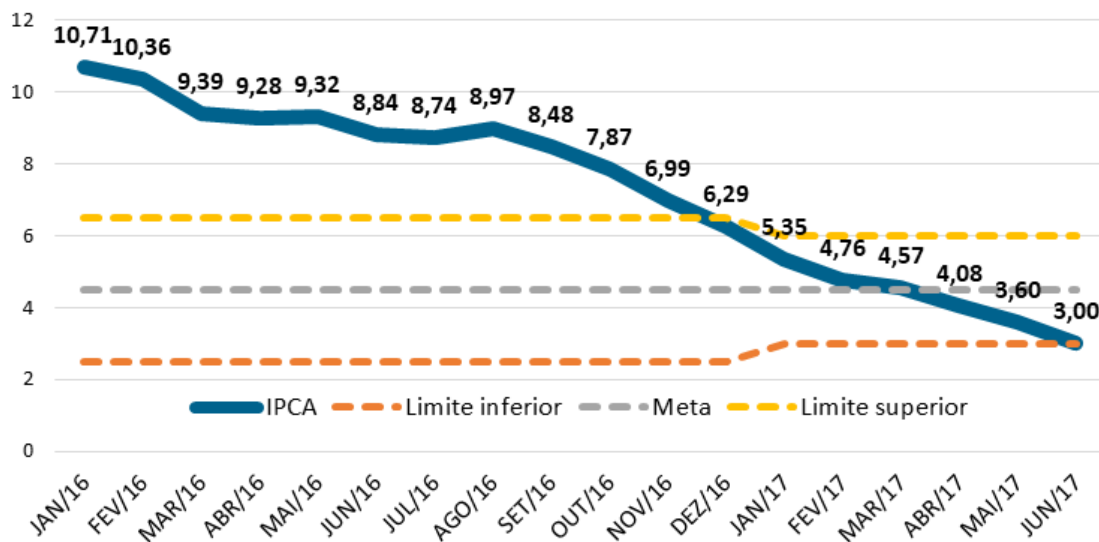
Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Se o desempenho econômico do país, em termos de produção claudica na (esperada) recuperação, no que se refere ao controle da inflação os resultados são positivos, embora parte desse sucesso se deva à deprimida capacidade produtiva decorrente de fraca demanda agregada que se alimenta do alto grau de desocupação da força de trabalho. De todo modo, ressalte-se que os bons resultados em termos de se trazer, com rapidez, a inflação aquém do centro da meta do Banco Central, vêm sendo alcançados no mesmo período em que, como se viu, o ritmo da queda de produto vem se desacelerando. Trata-se de cenário bem distinto daquele que, em 2014-2015, casava estagnação-recessão com IPCA persistente (desde 2010-2011), na proximidade dos 6,0% ao ano e acelerando para quase 11,0% em 2015, lembrando o fantasma dos anos 1980

(“estagflação”), quando a inflação tinha também um caráter inercial devido a indexação de quase toda a economia a mecanismos de correção monetária.

O **Gráfico 3** mostra a consolidação de uma trajetória declinante para a inflação, que decresce consistentemente, mês a mês, desde agosto do ano passado, conforme o indicador acumulado de 12 meses: 8,97% em agosto; 8,48% em setembro; 7,87% em outubro; 6,99% em novembro; 6,29% em dezembro; 5,35% em janeiro de 2017; 4,76% em fevereiro; 4,57% em março; 4,08% em abril; 3,60% em maio; e 3,00% em junho. Portanto, a partir de março de 2017 a inflação de 12 meses vem se situando sempre abaixo do centro da meta de inflação definida pelo Banco Central (4,5%).

Gráfico 3 - Brasil: inflação (IPCA) em 12 meses, em % - junho/2016 a junho/2017

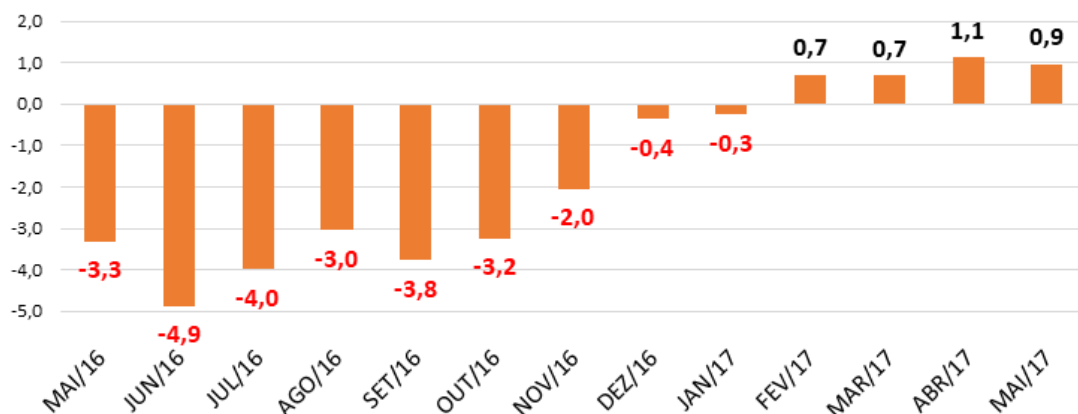


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Esse panorama de redução significativa da inflação traz efeitos benéficos sobre o consumo ao reduzir a corrosão do valor real da renda familiar. Nesse sentido, examine-se o que vem ocorrendo com a massa real de salários – fator básico para o crescimento do consumo familiar. Informações do IBGE revelam que esse agregado permaneceu declinando em 2016; entretanto, isso ocorre com redução de intensidade a partir do último trimestre de 2016: -3,2% em outubro, -2,0% em novembro, -0,4%

em dezembro e, já em 2017, -0,3% em janeiro. Nos meses seguintes – fevereiro, março, abril e maio deste ano – as variações são todas positivas, em termos reais: 0,7%, 0,7%, 1,1%, e 0,9%, respectivamente –, como ilustrado no **Gráfico 4**. Esse ganho real, efeito direto da redução da inflação, ainda que pouco expressivo, melhora o poder de compra das famílias e justifica alguma recuperação das vendas no comércio varejista e na prestação de serviços.

Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - maio 2016 a maio/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

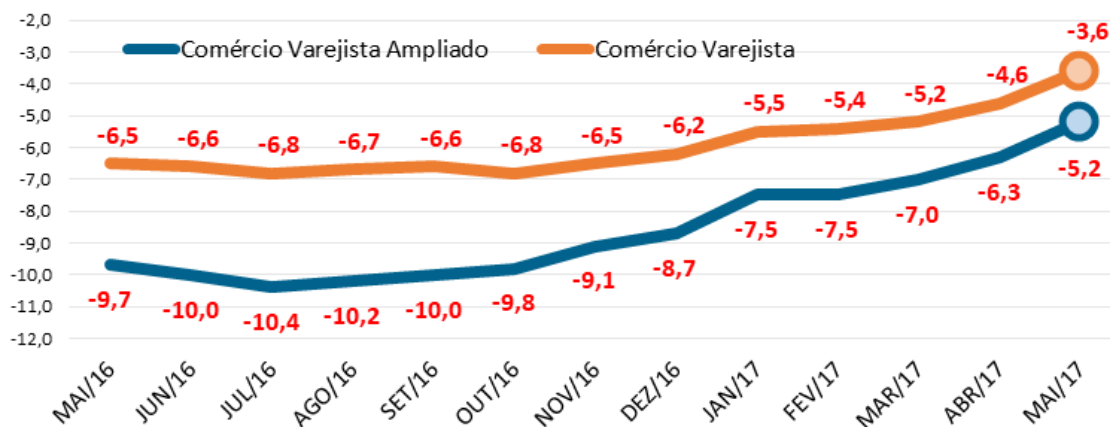
Nota: Utiliza a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho. A média calculada considera o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente utilizando-se o deflator (IPCA) do mês intermediário.

Volume de vendas do varejo ainda em declínio no resultado acumulado do ano

Indicadores sistematizados no **Gráfico 5** revelam que o comércio varejista ampliado – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o varejo propriamente dito – apresentou, no Brasil, em 2016, um declínio forte do volume de vendas, considerado o resultado acumulado do ano. A trajetória do volume acumulado de vendas em 12 meses, no varejo ampliado, se mantém em variação negativa

de dois dígitos, de junho a setembro de 2016. A partir de outubro, no entanto, o desempenho negativo reduz-se gradativamente até alcançar -5,2% em maio de 2017. Portanto, o varejo ampliado revela um desempenho ainda de queda expressiva no volume de vendas acumulada em 12 meses, embora os resultados recentes tenham contribuído para a redução do ritmo de queda desse índice. O resultado mensal de maio deste ano, quando comparado com o observado em igual mês do ano passado, por exemplo, registra uma variação positiva do volume de vendas, de 4,5% (PMC/IBGE, indicador mensal).

Gráfico 5 - Brasil: variação acumulada em 12 meses do volume de vendas do Varejo, em % - maio/2016 a maio/2017 (base: 12 meses imediatamente anteriores)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: o Varejo Ampliado inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do Varejo.

No caso do varejo restrito, cujo desempenho também é mostrado no **Gráfico 5**, verifica-se que o volume das vendas revela declínio menos acentuado nos últimos meses, atingindo -3,6% em maio deste ano, dado registrado para o indicador mensal da PMC/IBGE. Analogamente ao varejo ampliado, essa queda no indicador de 12 meses é explicada pelo melhor desempenho

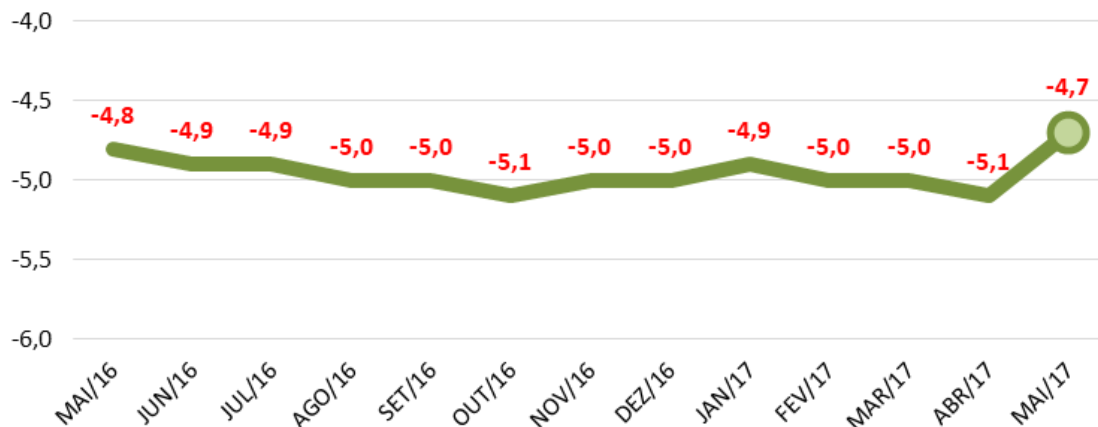
nos meses mais recentes: em maio de 2017, por exemplo, o volume de vendas foi superior ao do mesmo mês de 2016, em 2,4 pontos percentuais. São dados, portanto, que mantêm a esperança de se ter, ao final deste ano, um resultado acumulado que supere o desempenho do ano passado, tanto no varejo ampliado quanto no restrito.

Declínio do volume de serviços diminui de intensidade

Considerada a significativa redução da atividade econômica no país, é natural que também se tenha uma trajetória de queda do volume de serviços. De fato, o volume de serviços registra variação negativa que se estabiliza em torno de 5% desde o segundo semestre de 2016. Contudo, em maio deste ano, registra-se uma

variação negativa de 4,7% - a menor de todo o período retratado no **Gráfico 6**. Novamente, ressalve-se que esse comportamento de redução do indicador acumulado do ano é consequência de menor intensidade do decréscimo conforme resultados recentes. Em maio deste ano, por exemplo, o declínio no volume de serviços, de acordo com o IBGE/Indicador mensal da PMS, foi de -1,9%, comparativamente ao registrado no mesmo mês do ano passado.

Gráfico 6 - Brasil: variação acumulada em 12 meses do volume de Serviços, em % - maio/2016 a maio/2017 (base: 12 meses imediatamente anteriores)



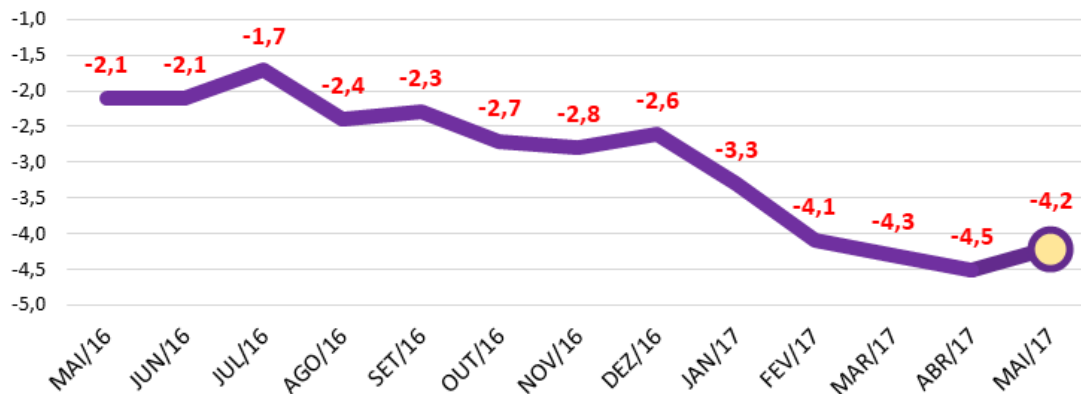
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Declínio do volume de atividades turísticas também diminui de intensidade

Por fim, o índice que retrata o conjunto de atividades turísticas apresenta uma trajetória de variações negativas mais intensas até o mês de abril deste ano, quando atingiu o patamar de -4,6%, conforme o indicador acumulado de 12 meses, relativamente aos 12 meses imediatamente anteriores - **Gráfico 7**. Entretanto, em

maio de 2017 o indicador mostra um declínio de -4,2% do volume de serviços de turismo. Uma variação que constitui interrupção do acelerado declínio observado desde dezembro de 2016. Embora pouco expressiva, espera-se que venha a indicar o início de uma reversão da trajetória, que se traduza em “parar de piorar” e passe a variações positivas.

Gráfico 7 - Brasil: variação acumulada em 12 meses do volume de Atividades Turísticas, em % - maio/2016 a maio/2017 (base: 12 meses imediatamente anteriores)



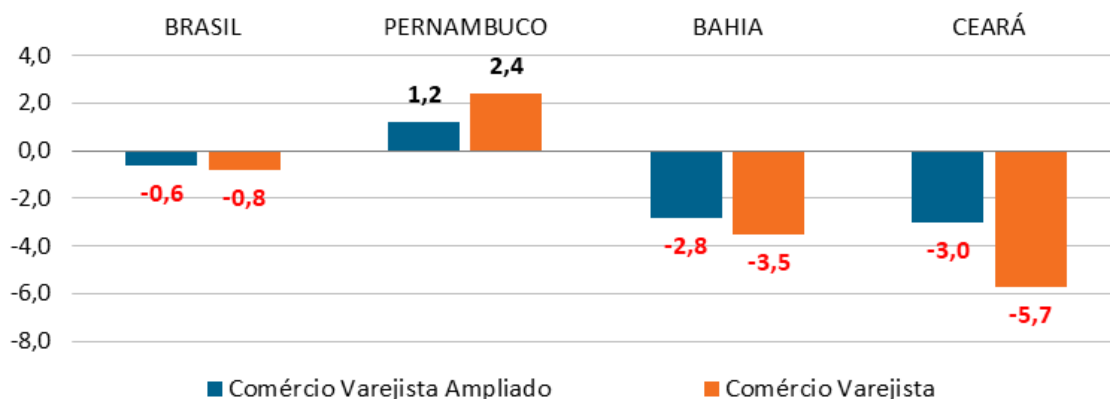
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM MAIO DE 2017: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

O **Gráfico 8** traz informações referentes ao comércio varejista (ampliado e restrito), para janeiro-maio de 2017, comparativamente a correspondente período de 2016, para o país como um todo e para os três estados economicamente mais importantes do Nordeste. Depreende-se, dos indicadores observados, que as variações do volume das vendas em Pernambuco (2,4% no varejo restrito e 1,2% no ampliado) são as únicas positivas entre os territórios considerados no estudo. Com efeito, no país como um todo, observam-se as seguintes variações: -0,8% no

varejo restrito e -0,6% no ampliado. Quando a comparação é feita no âmbito regional, o desempenho relativo do varejo pernambucano (tanto o restrito quanto o ampliado) é ainda mais diferenciado. De fato: Bahia: -3,5% e -2,8% (restrito e ampliado, respectivamente); Ceará: -5,7% e -3,0%. Portanto, o resultado diferenciado do varejo pernambucano é uma boa notícia, o que deve ser acompanhado nos próximos meses, em busca de confirmação de que se trata de mudança duradoura no desempenho do varejo local.

Gráfico 8 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada no ano do volume de vendas Varejo, em % - janeiro-maio2017 (base: janeiro-maio/2016)

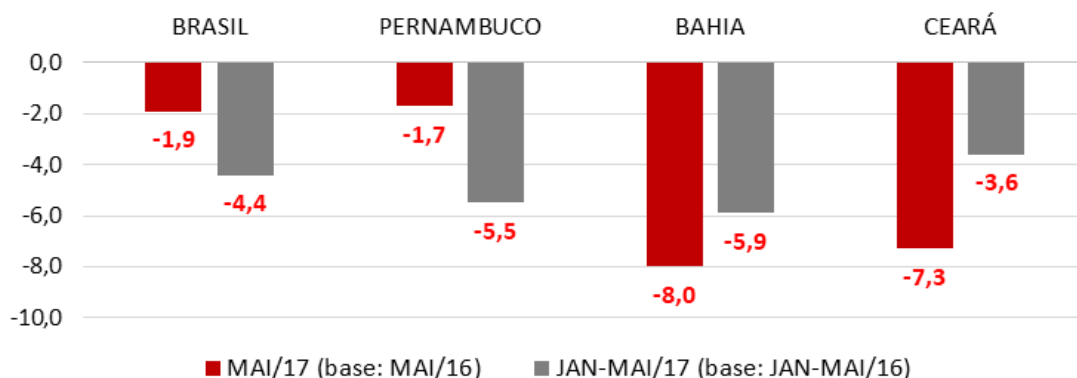


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que diz respeito ao segmento de prestação de serviços (ver **Gráfico 9**), observe-se que o volume de serviços em Pernambuco se retrai, tanto no confronto de maio de 2017 com maio de 2016, quanto no resultado acumulado (janeiro-maio de 2017, tendo por base o mesmo período do ano anterior): -1,7% no mês de maio de 2017; e -5,5% no resultado acumulado do ano. Na Bahia, as reduções são, respectivamente:

-8,0% e -5,9%. No Ceará: -7,3% e -3,6%. E, no Brasil: -1,9% e -4,4%. Portanto, todos os resultados são negativos – tanto o mensal quanto o acumulado. Ademais, diferente do que se apontou para o comércio varejista, o desempenho acumulado no ano, do segmento de prestação de serviços em Pernambuco, registra variações negativas mais fortes do que a média nacional, como também relativamente ao estado do Ceará.

Gráfico 9 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação em abril de 2017 e variação acumulada no ano, do volume de Serviços, em % - janeiro-maio/2017 (base: mesmo período de 2016)

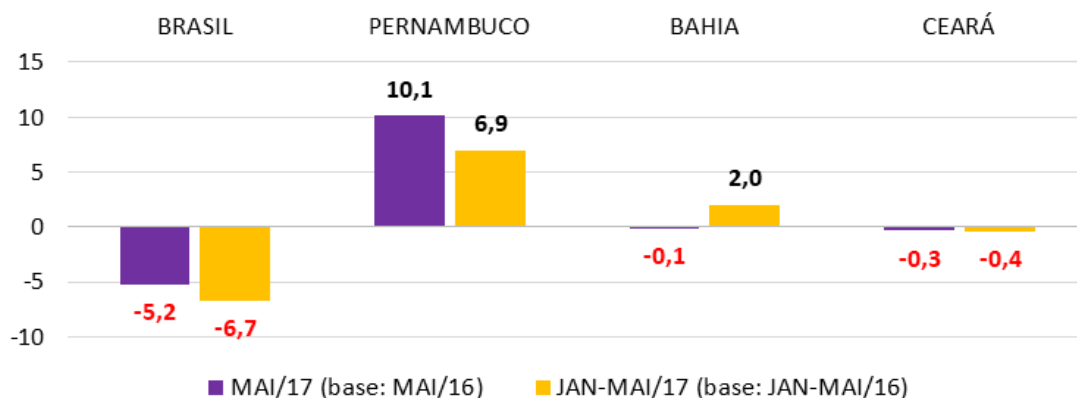


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

O desempenho referente ao segmento de turismo também é contemplado na análise desenvolvida nos Boletins mensais da Fecomércio, conforme ilustrado no **Gráfico 10** – que contém, como de praxe, o indicador mensal do volume das atividades turísticas (maio de 2017

comparado a maio de 2016), e o desempenho acumulado do ano. Nesse aspecto, Pernambuco volta a apresentar melhor desempenho entre os territórios analisados, no que se refere ao resultado acumulado do ano (+6,9%); e ao resultado mensal (+10,1%).

Gráfico 10 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - maio/2017 e janeiro-maio/2017 (base: mesmos períodos no ano anterior)



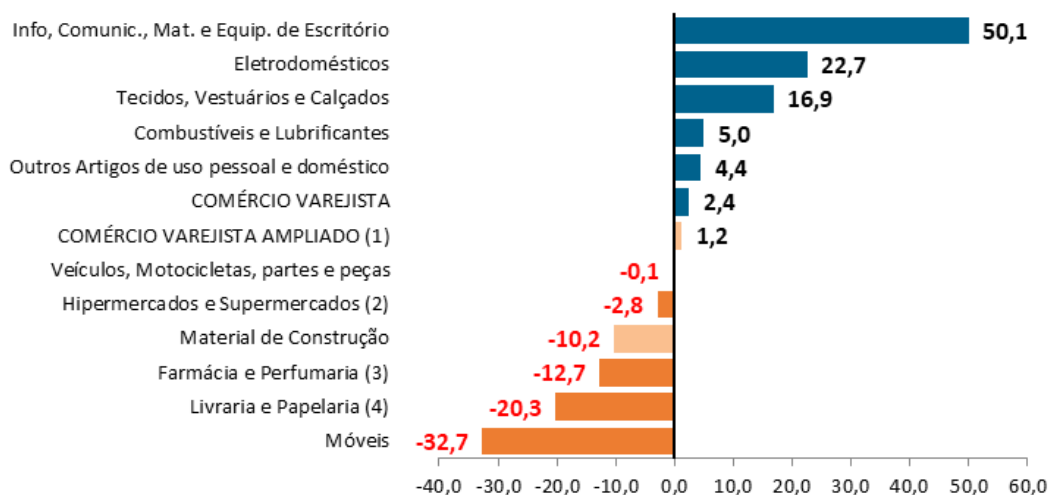
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

3. SEGMENTOS DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS EM PERNAMBUCO

Nesta seção é incorporado o detalhamento da composição do comércio e dos serviços por grupos de atividade. Por essa razão, é conveniente mais uma vez se fazer referência ao caráter dual da abordagem do varejo. Primeiro, composição – conforme as atividades específicas – do **comércio varejista na acepção tradicional** e mais conhecida: combustíveis e lubrificantes; hipermercados e supermercados; tecidos, vestuários e calçados; móveis; eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; livros, jornais, revistas e papelarias; equipamentos e

materiais para escritório, informática e comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico. Acrescentando-se a tal conjunto as atividades concernentes a veículos, motocicletas, partes e peças, além de material de construção, é revelado o agregado **comércio varejista ampliado**. São assim sistematizadas no **Gráfico 11** informações sobre o acumulado do volume de vendas, no ano de 2017, referentes a cada um dos grupos de atividades dos segmentos do varejo e do varejo ampliado, comparativamente ao mesmo período de 2016.

Gráfico 11 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Varejo, em % - janeiro-maio/2017 (base: janeiro-maio/2016)



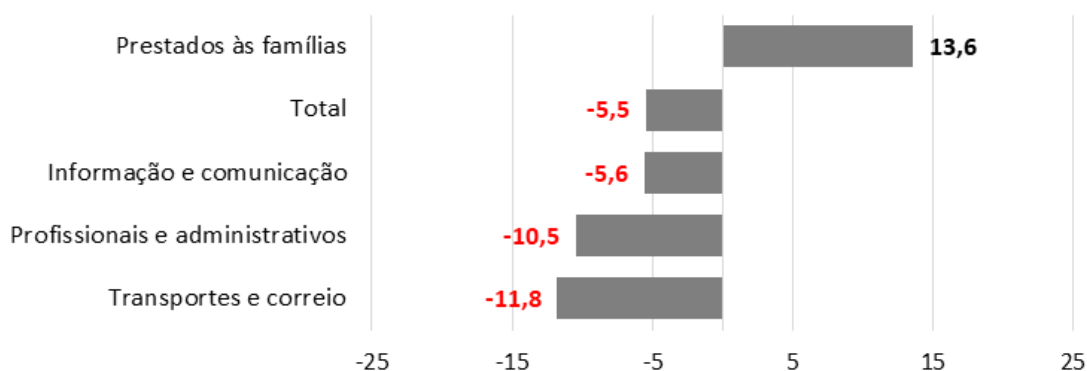
Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi. (1) Inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo; (2) Inclui produtos alimentícios, bebidas e fumo; (3) artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumarias e cosméticos; (4) Corresponde a livros, jornais, revistas e papelaria.

Observe-se que metade mais um dos segmentos do comércio varejista continua apresentando variações negativas no resultado acumulado do ano de 2017. São os casos de Móveis (-32,7%); Livraria e Papelaria (-20,3%); Material de Construção (-10,2%); Farmácia e Perfumaria (-12,7%); Hipermercados e Supermercados (-2,2%); Veículos, Motocicletas, partes e peças (-0,1%). Os outros cinco segmentos apresentaram variações positivas: Material de informática, comunicação e equipamentos de escritório (50,1%); Tecidos, vestuários e calçados (16,9%); Combustíveis e lubrificantes (5,0%); Eletrodomésticos (22,7%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (4,4%). Destaque-se que mesmo com a pequena maioria dos segmentos do varejo apresentando variações

negativas, os resultados agregados são positivos: 2,4% no varejo restrito e 1,2% no ampliado; fato que alimenta expectativas de que o varejo pernambucano possa vir a consolidar uma fase de recuperação.

No que se refere aos segmentos de prestação de serviços – ver **Gráfico 12** – a retração (acumulada no ano) das atividades que compõem esse setor é quase generalizada. Exceto ‘serviços prestados às famílias’ (com uma significativa variação positiva de 13,6%), os demais segmentos têm desempenho negativo: ‘transportes e correio’ (-11,8%); ‘informação e comunicação’ (-5,6%); ‘serviços profissionais e administrativos’ (-10,5%).

Gráfico 12 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços, segundo as Atividade, em % - janeiro-maio/2017 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Como registrado neste Boletim, já são completados 12 trimestres de série contínua de variações negativas do PIB brasileiro. No entanto, alguns indicadores sugerem relativa melhora comparativamente a 2016. Redução do ritmo de retração e melhorias localizadas alimentam expectativas menos pessimistas. O receio é de que descaminhos da política acabem por interferir negativamente sobre um movimento ainda incipiente de recuperação econômica, mesmo que alguns especialistas conjeturem sobre o “descolamento” entre as esferas da economia e da política. Ações de combate à corrupção atingem fortemente o núcleo central de poder político e diversos membros do Congresso Nacional. Em decorrência, as reformas necessárias não avançam – ou sofrem mudanças expressivas – e possibilidades de crise institucional de maior gravidade são aventadas.

Redução significativa da Inflação – que terminará 2017 bem abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo Banco Central – é, sem dúvida, o principal ingrediente positivo. Juros em trajetória declinante e perspectiva de aprovação das reformas previdenciária (importante para o ajuste fiscal) e trabalhista, são aspectos que poderiam restaurar a confiança necessária à retomada de investimentos. Mas, reitere-se, é uma trajetória difícil de se concretizar diante da atual crise de governabilidade e de um ambiente político instável e imprevisível. Interrupção do mandato do atual presidente e eleição indireta do substituto – via Congresso – é algo que ainda permanece no campo das possibilidades.

Ademais, outra eleição presidencial, já em 2018 – para renovação dos cargos de presidente, governadores, deputados estaduais e federais, além de parte dos senadores – constitui um momento que tanto pode, com sorte e arte, significar avanço político quanto trazer retrocessos que venham a interferir negativamente na economia. Portanto, o ambiente de incertezas ainda é componente a constituir, em curto

prazo, ameaça a aprovação de reformas e ao ajuste fiscal do país.

Consideradas certas circunstâncias, o cenário estritamente econômico seria alentador. Permanecem expectativas e projeções de um crescimento do PIB em 2017 (0,4% - Boletim Focus), a despeito de ainda não se vislumbrar, ainda, um sinal de recuperação econômica sustentável. Todavia, aos frágeis indícios de recuperação de produto e empregos, de forma localizada, se associa clara tendência declinante da inflação, o que vem propiciando redução da taxa básica de juros (com conseqüente diminuição do peso dos encargos da dívida pública) e apontando para potencial movimento favorável a recuperação da taxa de investimento e do consumo das famílias que respondem em conjunto por cerca de quatro quintos do PIB brasileiro.

Mas graves problemas fiscais ao nível da federação, e dos estados e municípios esperam por reformas e ajustes de difícil operacionalização – este sendo certamente um componente que deverá esperar por resultados da próxima eleição. A crise fiscal do Governo Federal e a fragilidade fiscal de governos estaduais e municipais ainda exigirão medidas duras que demandarão tempo e disposição política. Os benefícios, a serem possivelmente auferidos em médio e longo prazos, repousam na hipótese otimista de que o ambiente econômico não apresente novos retrocessos. Todavia, a cautela ainda existente tanto no meio empresarial quanto entre consumidores é perfeitamente compreensível.

Nesse contexto, incertezas políticas, persistência de elevado desemprego – com um contingente de 14 milhões de pessoas desempregadas –, ampliação da massa salarial ainda dependendo de uma recuperação do emprego, endividamento das famílias e níveis elevados de inadimplência ainda constituem fatores que explicam a permanência da situação claudicante dos negócios no varejo e no setor de serviços em

Pernambuco, e em outros estados do Nordeste, e no Brasil como um todo.

Em resumo, é um fato o agravamento de fatores políticos que afetam diretamente e de forma negativa o desempenho de segmentos como comércio varejista e prestação de serviços. A diferença é que, em 2017, o desempenho de segmentos específicos contribui para alimentar esperanças de final de crise e início de recuperação, mesmo de forma modesta.

Todavia, é desejável que o país logre avançar nas reformas, que venham reduzir a gravidade da questão fiscal, o que propiciaria transição para um ambiente econômico mais favorável a mudanças de expectativas, e atração de capitais para projetos de infraestrutura, alternativa que – uma vez viabilizada – teria impacto imediato na redução do desemprego.

Mas, enquanto não for significativamente reduzido o elevado nível de desemprego, recuperada a massa salarial de forma substancial, atenuados o endividamento das famílias e o elevado nível de inadimplência, permanecerá lenta a recuperação do volume de vendas do varejo e dos serviços em Pernambuco, em outros estados do Nordeste, e no Brasil como um todo. A recorrência de fatores políticos que afetam diretamente, de forma negativa, o desempenho econômico do país, segue constituindo balizador de expectativas e de projeções econômicas. Em tal contexto, nos segmentos da economia que se vinculam diretamente ao mercado consumidor – a exemplo dos segmentos de comércio varejista e prestação de serviços – deve prevalecer, por algum tempo, um sentimento de cautela com respeito ao cultivo de expectativas otimistas.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índice de Atividade Econômica – Brasil (IBC-Br)**. Maio/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais Trimestrais**. 4º Trimestre 2016.

Pesquisa Mensal do Comércio. Maio/2017.

Pesquisa Mensal dos Serviços. Maio/2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Junho/2017.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Junho/2017.

EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brena Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer: Nilo Monteiro
Revisão de Texto: Iaranda Barbosa
Revisões Textuais

EXPEDIENTE - CEPLAN-PE

Jorge Jatobá
Tania Bacelar
Osmil Galindo
Roberto Alves
Ademilson Saraiva

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

